



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 5ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (GT-PNAES) em dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e trinta e sete minutos e com término às 12h37min, a reunião teve como objetivo central a discussão de 2 programas: **INCLUIR** (Programa Incluir de Acessibilidade na Educação) (Arts. 18 e 19) e **PAS** (Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes) (26 e 27) no contexto da regulamentação da nova Lei nº 14.914/2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 2024. A reunião foi realizada na plataforma virtual *Teams*. Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025 e participantes convidados: Fábio da Silva Paiva, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador-Geral (SESU/DIPPES/MEC); Adriana Carla Teixeira da Costa Brito, Coordenadora de Relações Estudantis (CGRED/DIPPES/SESu); Itamá Rodrigues Silva Filho, Chefe de Serviço (CGRED/DIPPES/SESu); Lúcia Campos Pellanda, Coordenadora-Geral (SESu/GAB/MEC); Sandro Augusto Silva Ferreira, Representante suplente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor da Secretaria Executiva - SE/MEC); Veruska Ribeiro Machado, Representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Alysso Santos Barreto, Representante do Fórum dos Dirigentes de Ensino -CONIF, Pedro Rodrigues de Alencar – Diretor de Assistência da Universidade do Distrito Federal – Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF; Cynthia Castiel Menda, Representante e Coordenadora do Projeto de Extensão em Formação Continuada para Psicólogas/os da Assistência Estudantil; Francéli Brizolla, Representante da Comissão de Direitos Humanos e Inclusão/ANDIFES – Universidade Federal do Pampa; Solange Ester Koehler, Psicóloga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Lucas Piaia Petrocino, Representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG); Cicília Raquel Maia Leite, Representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM; Maron Stanley Silva Oliveira Gomes, Pró-Reitor de Ensino e Assuntos Estudantis do Instituto Federal do Maranhão; Leonardo Santana de Lima, Representante do Fórum de Políticas Estudantis – Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão; Rafaela Campos Sardinha, Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, Representante do INEP; Arlindo Alemão Gregório (Arlindo Baré), Presidente da União Plurinacional de Estudantes Indígenas – UPEI; Mariana Chagas Lima, Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; Arlete Marinho Gonçalves, Representante do Colégio de Gestores de Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais - CONACESSI/ANDIFES; Roselma Lucchese, Representante titular da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Nathalia da Mata Atroch, Representante do Fórum de Políticas Estudantis do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FPE/CONIF); Tobias Pereira Soares Filho, Técnico em Assuntos Educacionais (SE/SCA/MEC); Lilian Carvalho do Nascimento, Coordenadora-Geral de Programas de Educação Superior (CGPES/SESu); Amanda Machado dos Santos, Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); André Viti Garavaglia Marianno, Secretária de Educação Básica/SEB/MEC; Cinthia de Andrade Pereira, Representante do Fórum Permanente de Educação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FPE/CONIF); Naita Aparecida Nunes de Lima, Representante titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Pierry Teza, Coordenador-Geral de Projetos e Supervisão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT/SETEC/MEC); Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral da Juventude (CGJUV/SECADI/MEC); A reunião foi oficialmente aberta por **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)**, da

Secretaria Executiva do Ministério da Educação, que solicitou a continuidade do procedimento padrão das reuniões, consistente na apresentação dos participantes no momento da primeira fala para facilitar a transcrição da ata e evitar a rodada de apresentações. Informou que a SESu e SETEC conduziriam a reunião e os membros e entidades que se inscreveram previamente para falar sobre o tema teriam até 10 minutos para fazerem suas apresentações. Posteriormente, quem tivesse interesse em realizar debates dentro daquele tema teria 3 minutos de fala, visando a dinâmica da reunião, e caso quisesse falar mais, poderia se inscrever novamente, oportunizando a participação de mais pessoas. Finalizou sua fala e repassou a palavra para a Sra. Lúcia Campos que agradeceu pela presença de todos e ressaltou a importância do trabalho realizado pelo grupo. Após, repassou a fala ao Sr. Artur para dar início aos trabalhos. **Artur Antônio Dos Santos Araujo (SESU/GAB/MEC)** iniciou sua fala agradecendo a presença de todos e questionou sobre a disponibilização da Ata da 4ª reunião, ao que Fábio sugeriu o encaminhamento naquele momento para deliberação e aprovação pelos membros do GT ao final da reunião. Após, apresentou os Programas que seriam discutidos naquela reunião, Programa INCLUIR e PAS, destacando a necessidade de diagnóstico, normatização, estrutura orçamentária e monitoramento. Também reforçou a importância do preenchimento do formulário de consulta para contribuições formais. Foram apresentados dados detalhados sobre os recursos destinados aos programas, como o valor declarado pelas universidades federais para o Incluir (R\$ 9,5 milhões em 2024), para o PAE (R\$ 6,3 milhões) e para o PAS (R\$ 2,4 milhões), além de informações sobre o número de beneficiários e a distribuição dos recursos entre benefícios diretos e indiretos. Além disso, foram destacadas as dificuldades no monitoramento dos dados, diferenças entre registros oficiais e a realidade institucional, desafios na execução orçamentária, especialmente na contratação de profissionais de apoio, e a necessidade de aprimorar sistemas como o SisPnaes e a plataforma Nilo Peçanha para melhor acompanhamento dos estudantes com deficiência e das ações de saúde mental. **Amanda Machado dos Santos (SETEC/GAB/MEC)** iniciou sua fala se apresentando, informando trabalhar na SETEC e ser servidora da rede e em seguida repassou a fala a **Pierry Teza**, Coordenador-Geral Projetos e Supervisão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que compartilhou exemplos de boas práticas em diferentes regiões, como vestibulares unificados, cotas para PCDs e pessoas trans, programas de apoio emocional, ações afirmativas, painéis de acompanhamento de cotas e projetos de extensão voltados a comunidades vulneráveis, além do uso do IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) para análise mais ampla dos estudantes. **Amanda Machado dos Santos Duarte (SETEC/GAB/MEC)** agradeceu a fala de Pierry e destacou a existência de várias outras ações desenvolvidas na rede. Trouxe a importância de humanizar a regulamentação e citou o Decreto instituído em 2010 que versava sobre atendimento de apoio à saúde como um todo e sobre atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas e em razão de se tratar de área bastante ampla e, em contrapartida, não haver um documento de apoio para o decreto, sempre havia muitas dúvidas sobre o que poderia ser feito que se enquadrasse no apoio à saúde de maneira generalizada. Apesar da dificuldade, ressalta a experiência da rede na última década no tocante a esse assunto. Ressaltou que quando as Instituições repassaram os dados para o SisPnaes, o programa voltado para a saúde mental dos estudantes, previsto na PNAES ainda não existia formalmente nas Instituições e havia um apoio à saúde, mas de um modo mais genérico, estando também condicionante à existência de recursos. Faz referência de dados coletados na plataforma Nilo Peçanha e destaca as formas de ingresso pelas leis afirmativas para pessoas com deficiência e pessoas com deficiência de baixa renda. Além disso, menciona sobre os valores investidos no programa INCLUIR, explicando a diferença existente entre os benefícios diretos e indiretos. Por fim, traz dados de instituições sobre os beneficiários diretos de programas relacionados à saúde, incluindo aqueles destinados a estudantes com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação. **Leonardo Santana de Lima – representante da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade do FPE** iniciou sua fala explicando que faria uma apresentação conjunta com o Fórum de Dirigentes de ensino. Abordou os aspectos legais que asseguram o direito ao atendimento educacional especializado. Afirma que um aspecto importante da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é o aprimoramento dos sistemas educacionais que fizeram garantir as condições de acesso e permanência para os alunos com necessidades especiais. Destaca a importância da Lei nº 14.254/2021 que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem. Mencionou algumas lacunas acerca das especificidades da Educação Profissional e Tecnológica contidas na Lei nº 14.914/2024. Algumas dessas lacunas seria em relação ao público-alvo; à garantia de recursos para a

contratação de profissionais de apoio; de estruturação de salas de recursos e compra de materiais para estas salas; dificuldades relacionadas a construção de tecnologias assistivas - englobando, nesse aspecto, a inclusão digital- e a formação continuada dos profissionais da educação. Finaliza sua apresentação afirmando que embora sua rede ser de educação básica, não ter sido incluída nos principais programas, dentre eles, o Incluir. **Maron Stanley Silva Oliveira Gomes – Representante do Fórum de Dirigentes de Ensino da Rede Federal /CONIF** deu sequência à apresentação expondo dados do censo da educação básica e do censo da educação superior de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas matriculados na rede federal. Explicou que a divergência de dados registrados oficialmente para os dados coletados pela CONIF se dá em razão de muitos alunos, ao ingressarem nas redes de ensino não entrarem por cotas destinadas a alunos com deficiência ou alguma necessidade educacional específica, onde o número é bem mais alto do que o constante nos registros oficiais. Ademais, apresentou dados orçamentários extraídos pelo SIAFI, relativos à ação orçamentária 2994, alocada para a assistência estudantil da rede federal, demonstrando que houve um aumento de 6% de 2023 a 2025 desse orçamento da assistência estudantil e de 36% do orçamento empregado na ação específica PO 0006 para atender estudantes nessas condições. Apesar de reconhecer que esse crescimento exponencial é positivo, uma vez que a sociedade está reconhecendo a rede federal como uma instituição que, de fato, está promovendo a inclusão educacional desses estudantes, destaca a necessidade crescente de recursos que não acompanha o orçamento disponibilizado para as instituições. Apresentou a dificuldade existente da execução desse recurso dentro das instituições diante da fragilidade de contratação de pessoal para apoio em razão da indisponibilidade orçamentária e da burocracia para contratação de profissionais, mesmo os temporários. Faz uma crítica ao modelo de contratação de profissionais por meio da terceirização, afirmando ser um modelo muito caro que inviabiliza e dificulta muito o atendimento desses estudantes, reafirmando que o ideal seria a contratação de profissionais temporários diretamente em folha, mas buscando melhorar sempre a contratação de profissional especializado para atender a esses estudantes. **Leonardo Santana de Lima – representante da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade do FPE**, em complementação, falou acerca das lacunas advindas do monitoramento, citando o SisPnaes, que aborda somente a questão orçamentária, e não apresenta outros dados no acompanhamento dos estudantes. Também cita a plataforma Nilo Peçanha que não consegue apontar os números reais das instituições. Cita o exemplo da forma de ingresso do estudante, que pode constar de forma divergente no momento da realização da matrícula, dificultando o processo de acompanhamento e monitoramento dos estudantes. Finaliza sua fala destacando a importância do monitoramento do acesso do estudante, da utilização do recurso e da execução do programa em si, e ressaltando a importância de dar visibilidade aos trabalhos realizados pelas instituições. **Arlete Marinho Gonçalves, Representante do Colégio de Gestores de Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais - CONACESSI/ANDIFES**, iniciou se apresentando como professora da UFPA, atualmente lotada na Coordenação Nacional de Gestores de Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais vinculadas à ANDIFES, que constitui órgão de assessoramento nas temáticas ligadas à promoção da inclusão e acessibilidade nas universidades federais na ANDIFES. Os integrantes desse colégio são os gestores das Universidades Federais que coordenam os Núcleos de Acessibilidade nestas Universidades por meio dos recursos do Programa Incluir, Pnaes e demais políticas de inclusão. Apresentou os diagnósticos extraídos por meio do trabalho do CONACESSI, destacando a particularidade de cada ação a depender das necessidades a serem atendidas. Destacou, ainda, que os núcleos de acessibilidade não devem ser responsabilizados por todas as ações previstas na lei, como ensino de libras e adaptações arquitetônicas de alto custo, sugerindo que sua atuação se concentre em adaptações razoáveis e assessoria, enquanto outras áreas da universidade assumem responsabilidades específicas. Acrescentou que para atender todas as demandas da lei, a matriz orçamentária precisa ser mudada. Foi apresentada uma proposta de texto para regulamentação do Programa Incluir, detalhando objetivos, ações prioritárias, público beneficiado, execução orçamentária e limites de atuação dos núcleos, especialmente em relação a adaptações de baixo custo e contratação de profissionais. Após, **Solange Ester, psicóloga do Instituto Federal Farroupilha e representante dos psicólogos da Rede Federal** iniciou se apresentando e afirmando que o tema “saúde mental dos estudantes” é algo novo e que será talvez a primeira escrita da PNAES. Apresentou um material com sugestões para o fortalecimento do PAS nas Universidades e Institutos Federais. Afirmou que sua apresentação estaria mais voltada aos Institutos Federais, universo no qual trabalha e se desenvolve. Explicou como se formou o coletivo de

psicólogos e contextualizou a história e evolução do grupo. Citou publicações de 12 livros produzidos pelo coletivo de psicólogos entre os anos de 2017 a 2020 e citou algumas teses com a temática da psicologia escolar. Citou aspectos que precisam ser considerados na construção do Programa de Atenção à Saúde Mental (PAS) que promovam uma abordagem ampliada, interdisciplinar e preventiva para a saúde mental, com ações coletivas, formação continuada de servidores, integração com as redes SUS e SUAS, e participação de toda a comunidade acadêmica, evitando a centralização exclusiva no atendimento clínico individual. Citou alguns pilares importantes para introduzir a política de forma efetiva, consistentes em conhecimento da realidade, planejamento conjunto, investimento em ações que fazem a diferença, integração da saúde mental ao cotidiano, atuação de forma interdisciplinar e intersetorial. **Cynthia Castiel Menda, integrante do Grupo de Extensão de Formação Continuada para Psicólogos e Psicólogas de Assistência Estudantil** iniciou sua fala explicando que o grupo de extensão do qual faz parte é coordenado por 3 diferentes universidades: UFRSA, UFA e FURG e compartilhou sobre a trajetória desse grupo. Apresenta alguns dados qualitativos coletados sob a perspectiva dos membros que compõem o grupo. Destaca os desafios para o atendimento psicológico universitário, resultante de uma pesquisa realizada em 2021 pela Coordenadora Mônica, que é psicóloga da assistência estudantil, no qual foram relatados dados de altos índices de sofrimento psíquico relatados pelos universitários. A pesquisa também destacou os conflitos existentes no processo de ensino de aprendizagem, problemas financeiros, familiares e afetivos dos estudantes, dificuldades com a vida acadêmica dos estudantes trabalhadores, os preconceitos de gênero, cor, raça e classe social, bem como as dificuldades no contexto acadêmico. Além disso, citou mais duas pesquisas que também tratam sobre dificuldades para o atendimento das questões emocionais, deficiência do sistema de saúde e outras questões inerentes ao atendimento estudantil. Destaca que o artigo 27, inciso II da Lei PNAES está muito subjetivo e muito amplo podendo transparecer uma ideia sobre atendimento clínico exclusivo que não é o adotado atualmente nas instituições e ressaltou as ações que são realizadas hoje em dia na assistência estudantil. Trouxe um questionamento acerca dos limites entre as ações de saúde e educação e até que ponto os profissionais da educação podem assumir os deveres que seriam da área da saúde. Citou a Lei nº 13.935/2019 que aborda as questões de atuação dos psicólogos na educação básica que culminou na confecção de referências técnicas pelo Conselho Federal de Psicologia no qual constam alguns desafios que acredita ser semelhantes aos que surgirão após a regulamentação da Lei PNAES. Dentre eles, citou a dimensão da produção da subjetividade, sem reduzi-la a uma perspectiva individualizante, afastando-se o modelo clínico assistencial; a valorização e contextualização da construção de saberes nos diferentes espaços educacionais, dentre outros. Dentre as recomendações, também citou as ações que incluem a implementação dos programas com participação democrática de estudantes, servidores e gestão, articulação com políticas públicas de saúde e assistência social, e a necessidade de protocolos institucionais para acolhimento e acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade. Por fim, citou que as ações de prevenção e promoção de saúde mental no contexto de assistência estudantil devem ser direcionadas numa perspectiva de escuta e apoio, visando um cuidado que rompa com a lógica individualizante nas tratativas de demandas relacionadas à saúde mental. **Roselma Lucchese, representante da ANDIFES** enfatizou a importância de articular as ações de saúde mental das instituições com as políticas nacionais do SUS e da reforma psiquiátrica, evitando sobreposição de serviços e fortalecendo a rede pública de saúde mental. Houve consenso sobre a necessidade de orçamento robusto e estrutura adequada para garantir a efetividade das políticas de inclusão e saúde mental, com sugestões para revisão da matriz de financiamento, criação de códigos de vaga para profissionais especializados e fortalecimento das equipes multidisciplinares. **Mariana Chagas Lima, representante da UBES** destacou que muitas vezes a causa da evasão é resultante da falta de assistência nesse quesito de saúde mental, o que afeta relações no ambiente de ensino e nas relações familiares. Afirma que o seu papel, enquanto entidade que representa o movimento estudantil, consiste na construção de levar informações, de oferecer um ecossistema de suporte para a juventude a fim de diminuir os índices de evasão escolar e tornar o ambiente mais acolhedor e produtivo. **Francéli Brizolla, vice-reitora da Universidade Federal do Pampa e integrante da Comissão de Direitos Humanos e Inclusão da ANDIFES**, apresentou três pontos importantes, sendo o primeiro referente a preocupação sobre a perspectiva inclusiva sob um único núcleo, sem a previsão legal de que é competência de todas as demais unidades de pró-reitoria garantir esse processo de permanência com a quebra de barreiras para acessibilidade em instâncias da universidade. Destaca que quando se utiliza o recurso do programa INCLUIR para construção

de rampas, instalação de elevadores em prédios públicos, dentre outros, envolve questões de planejamento, infraestrutura, diminuindo os recursos para atender as demandas da pró-reitoria. Dessa forma, sugeriu que o texto contemplasse a intersetorialidade. Destaca que é importante fazer uma reflexão sobre as atribuições dos núcleos que é limitado, gerando uma sobrecarga por ter que atender diversas demandas. Outro ponto levantado foi a revisão de matriz de financiamento a fim de atender de forma mais coerente as necessidades apresentadas. O terceiro ponto foi um requerimento para que as contribuições pudessem ser encaminhadas à ANDIFES, para que os Reitores e Vice-Reitores pudessem fazer uma análise mais profunda sobre as sugestões apresentadas, já que impacta diretamente na estrutura das universidades pelas quais respondem. Na sequência, **Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral da Juventude** iniciou sua fala sugerindo um debate mais qualificado com a área do MEC responsável pela prevenção e enfrentamento à violência no ambiente educacional. Apresentou alguns guias de convivência escolar para equipes e gestores da educação básica e sugeriu uma interface entre a SESu e SETEC para tentar ampliar a utilização desse guia para as demais instituições de ensino e se colocou à disposição para potencializar o que já está sendo produzido pelas universidades e institutos federais. Em seguida, **Veruska Machado, reitora do Instituto Federal de Brasília e representante do CONIF** destacou as expectativas depositadas sobre os núcleos de acessibilidade cujas ações requerem a intersetorialidade e trabalho em conjunto e sugeriu a setorização da ação de inclusão. Também ressaltou a importância da disponibilidade orçamentária e de pessoal frente ao crescimento exponencial do atendimento a pessoas com deficiência. Por fim, destacou a necessária estruturação de do programa de atenção à saúde mental sob a perspectiva da intersetorialidade entre as instituições de ensino e de saúde, envolvendo diferentes áreas e profissionais. **Nathalia da Mata, representante do Fórum de Políticas Estudantis do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FPE/CONIF)** ressaltou que os dois programas discutidos na reunião (PAS e INCLUIR) talvez sejam os mais desafiadores no que se refere a assistência estudantil como uma prática pedagógica que vá além de uma perspectiva de transferência de benefício ou prestação de um serviço. Ressaltou a necessidade desses programas serem avaliados de uma maneira mais holística. Deixa um questionamento ao grupo: qual seria o agenciamento da rede de educação? Afirma que é necessário definir esse agenciamento para que se possa dialogar com a rede de saúde. Além disso, também afirma que é necessário definir melhor o que viria a ser o “acolhimento” e “acompanhamento” previsto no texto da Lei para não se confundir com um acompanhamento clínico em vez de educacional. Por fim, destaca a necessidade de se ter uma orientação mais clara por parte das secretarias em relação à discussão de orçamento para que os executores das políticas possam entender melhor como se estruturar em relação a isso. **Cecília Maia, reitora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e representante da ABRUEM**, ressaltou a importância de reafirmar que todo processo de inclusão é uma ação afirmativa, pois ainda é necessário combater muitos preconceitos relacionados a essa temática. Destacou a importância de se debater sobre orçamento, que vai desde a estruturação pedagógica acadêmica à estruturação administrativa. Ratifica a ideia de que o orçamento tem que acompanhar as perspectivas das ações. Ressaltou a importância de deixar a política do programa de inclusão alinhada às políticas de saúde mental, destacando ainda a vulnerabilidade socioeconômica nesse contexto, que seria uma causa natural para a evasão. **Naita Aparecida Nunes de Lima, Representante titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)** e **Arlindo Alemão Gregório (Arlindo Barê), Presidente da União Plurinacional de Estudantes Indígenas – UPEI** destacaram a necessidade de políticas que reconheçam as especificidades de estudantes indígenas, quilombolas, negros, trans e outros grupos, propondo protocolos institucionais de acolhimento e suporte que considerem as singularidades e vulnerabilidades desses públicos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h37min.



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 04/11/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6265126** e o código CRC **13E3534A**.

Referência: Processo nº 23000.042297/2024-61

SEI nº 6265126